

Altos postos militares

BRASÍLIA - Um comunicado do Ministério das Forças Armadas...

Democratas do Porto apoiam pronunciamento

PORTO - Como de há muito se esperava, os membros do Partido Democrático do Porto...

Por outro lado, os líderes da oposição não se dão por satisfeitos...

Audências do general Spínola

LISBOA - O general Spínola, em audiência no Departamento do Estado...

Assembleia de emergência dos médicos do Sul

BRITÂNIA - A Assembleia de Emergência dos Médicos do Sul...

Movimento na RTP

LISBOA - O Sr. RIBEIRO VIEIRA, presidente da Assembleia de Administração...

Fronteiras, passaportes e estrangeiros

LISBOA - O Sr. RIBEIRO VIEIRA, presidente da Assembleia de Administração...

Reunião na Cova da Moura

LISBOA - Uma reunião de trabalho foi realizada na Cova da Moura...

Moçambique: Esperança no futuro ensombrado pela África do Sul

LOURENÇO MARQUES - A situação em Moçambique...

Contra-relógio para a intervenção de Spínola na rendição do Carmo

NO TELHEIRO - A 12 de março de 1974...

com os militares. Entretanto, a 12 de março...

Uma segunda reunião teve lugar em 12 de março...

Uma reunião foi feita no dia 12 de março...



Eleições francesas page 17, 18 e 19

Os Sindicatos reivindicam liberdades fundamentais

MEMBROS DO Sindicato dos Trabalhadores do Comércio...

EDITORIAL

Os desafios necessários

O SÁBADO em Oitavo de abril se desenvolve sobre uma atmosfera...



Mário Soares chega a Lisboa amanhã

O Almirante Américo Tomás detido na sua residência

COMUNICAÇÃO DO governo português sobre a detenção do Almirante Américo Tomás...

Altores

Altos postos militares

LISBOA — Um comunicado do Movimento das Forças Armadas divulgado a meio da tarde de ontem, a Junta de Salvação Nacional procedeu já às primeiras nomeações para altos cargos das Forças Armadas. Assim, o general Reynaldo Gomes foi designado governador militar de Lisboa; os generais António Gouveia e Neves Cardoso e o Coronel Cajado passam a ocupar os cargos de comandantes-gerais da GNR, PSP e Guarda Nacional Republicana, respectivamente. Finalmente, o general Nunes da Silva é nomeado director do Instituto de Altos Estudos Militares.

Democratas do Porto apoiam pronunciamento

PORTO — Cerca de dez mil pessoas concentraram-se, ontem, às 19 horas, em frente do Quartel-General do Porto, numa manifestação de apoio ao Movimento das Forças Armadas.

Foram erguidos numerosos cartazes com o slogan como os seguintes: "Povo unido jamais será vencido"; "Pelas liberdades democráticas"; "Abaixo a exploração capitalista"; "Organizado é com armas o Povo é invencível".

Em dada altura, uma viatura do estriço surgiu em grande velocidade em direcção à multidão que, apavorada, abriu alas uniformemente, não se evitando porém que algumas pessoas tenham sofrido ferimentos.

O coronel Estêvão, actual comandante da Região Militar do Porto, fez um apelo à calma e explicou que o incidente se deveu ao facto de terem falhado completamente os travões da viatura. Um coro à multidão gritou: "Desculpado, desculpado".

O coronel Estêvão agradeceu também a presença dos manifestantes, prometendo fazer chegar até à Junta de Salvação as reivindicações ali formuladas.

DURANTE o convívio oneroso realizado na cidade do Porto foram distribuídos numerosos panfletos e ainda um comunicado emanado do Movimento Democrático do Porto e dirigido ao Comando do Movimento das Forças Armadas. O documento defendendo a situação da cidade manifestava, em síntese, o respeito dos seus autores pela tomada do poder pelas militares e condão-lhes o apoio. O texto era assinado por conhecidos democratas da capital norteira.

Também na cidade-beirço da Revolução do 28 de Maio de 1976, registaram-se manifestações de apoio à Junta de Salvação Nacional, presidida pelo general Spínola. Usaram, então, da palavra algumas das figuras mais representativas da democracia brasileira.

Audiências do general Spínola

O GENERAL Spínola, já instalado no Departamento da Defesa Nacional, na Cova da Moura, em Lisboa, recebeu ontem, entre outras pessoas, o prof. Veiga Simão, ex-ministro da Educação, o dr. Pedro Pinto, ex-secretário de Estado da Informação e o embaixador José Cabral de Magalhães, secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assembleia de emergência dos médicos do Sul

OS CORPOS gerentes da Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos, em reunião alargada realizada ontem, depois de considerarem "o condicionamento político actual e o momento grave que atravessa a Saúde e a Assistência, de que os médicos são secundariamente co-responsáveis, decidiram expulsar o Conselho, assumir funções até à eleição de uma nova Direcção" e convocar para depois de amanhã, pelos 21 e 30, na sede da Ordem, "uma Assembleia Geral de Emergência da Secção Regional do Sul".

E a seguinte a ordem de trabalhos prevista para a citada "Assembleia de Emergência":

Estruturação do Sindicato Médico; interferência imediata deste Sindicato na Organização e funcionamento dos Organismos de Saúde e Assistência Médica; reintegração efectiva de todos os médicos demitidos dos seus cargos profissionais; e a decisão de tomar face aos médicos ao serviço da PIDE-DGS.

Movimento na RTP

O DR. RAMIRO VALADÃO, ex-presidente do conselho de administração da Radiotelevisão Portuguesa, ao serviço do Regime agora derrubado, esteve ontem, cerca das 16 horas na rua de S. Domingos à Lapa, em Lisboa, edifício da sede administrativa daquela empresa, para recolher haveres pessoais e papéis das espalhadas pelas gavetas da sua secretária, agora vazia.

ALGUNS dos locutores mais conhecidos da RTP deixaram de aparecer no pequeno ecrã. Entre eles, Manuel Caetano, Pedro Moutinho, Henrique Mendes, José Mensurado e Alice Cruz.

Entretanto, a programação da RTP está a ser reorganizada. Hoje, por exemplo, de manhã, terá gravada numa Mesa Redonda sobre a situação política actual, para qual foram convidadas entre outros, Urbano Tavares Rodrigues, Alberto Aron de Carvalho e Carlos Carvalhas.

Fronteiras, passaportes e estrangeiros

VAI SER nomeado para dirigir o serviço de fronteiras e de passaportes, bem como o dos estrangeiros, que até aqui competia à Entidade DGS, o ex-inspector superior da mesma corporação, Coelho Dias.

Reunião na Cova da Moura

Pela Junta de Salvação Nacional foram convocados para uma reunião conjunta a realizar hoje representantes da CDE, da SEDES e da Convergência Monárquica, bem como de órgãos de informação.

EDITORIAL

Os desafios necessários

É RARO um Governo de direita ser derrubado pelas suas próprias Forças Armadas. Em 25 de Abril de 1974, isso sucedeu em Portugal.

Nas ruas, nos cafés, nos transportes colectivos, o ambiente é de alegria. O semblante normalmente triste dos portugueses resplandece com as perspectivas de libertação do País do regime que há longo tempo o domina.

O Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas parece, na verdade, satisfazer todas ou quase todas as aspirações de um povo que durante largos anos viveu sem crescente desenvolvimento de uma tutela de que resulta constante apelo a deveres com paralela denegação de direitos.

Força não utilizada

Portugal adormeceu com as várias décadas de salazarismo e nunca chegou a despertar no decurso dos 5 anos e 7 meses do consulado do prof. Marcello Caetano.

Houve ocasiões em que o Presidente do Conselho deposedo teve a força política suficiente para dar o passo em frente. Em 1969-70, sobretudo, criou o ambiente propício as reformas de estrutura necessárias. Os recuos e as hesitações que se seguiram à «Primavera política» demonstram que pouco mais conseguiu do que acompanhar o ritmo imposto pela natural evolução das circunstâncias nacionais e internacionais. A crise de chefia começou a desenhar-se em 1970. Quanto mais acentuada ela foi, maiores cuidados houve, por parte do poder executivo em preservar o frágil presente de uns tantos, e cada vez menos se pensou a sério no futuro de todos.

Surgiram as medidas repressivas, reactivou-se a acção da DGS e do Exame Prévio à Imprensa, escolheram-se para lugares de importância no Governo, na Administração e na Assembleia Nacional pessoas mais aptas a dizer que sim do que dotadas da imaginação criadora e da preparação profissional indispensáveis ao ressurgimento nacional. Gerou-se o clima ideal para as intrigas, os jogos de grupos dentro do establishment, a predominância dos apenas habilitados. Os verdadeiros interesses nacionais, embora muitas vezes invocados, passaram a plano secundário enquanto os detentores do poder, obcecados por preocupações legais e defendendo antes de tudo as suas posições e interesses pessoais, se desgladiavam.

A actuação dos grupos económicos adaptou-se, como habitualmente, ao condicionamento vigente e dele procurava tirar o maior partido (leia-se, lucro).

A autoridade existia apenas para mandar a Polícia dispersar manifestantes ou invadir Faculdades ou para prender pessoas em Caxias; dentro do regime, a indisciplina impediu a criação de um dinamismo coerente.

O povo, a Nação permaneceu fora de tudo isto, impedido de exprimir o seu pensamento, desinformado dos autênticos problemas, forçado a emigrar para se realizar. Persistiam também as injustiças sociais herdadas do salazarismo, os desequilíbrios económicos não corrigidos, e agravados por uma inflação não controlada, o aumento da distância entre os muito ricos e os outros.

Por mais fórmulas que se inventassem, o omnipresente problema do Ultramar, continuava a dominar a vida portuguesa, funcionando, consoante os casos, como travão, ou desculpa, incentivo ou alibi.

Poderes quase absolutos

Por agora, não chegou o momento de jogar a quem pertence as culpas da situação a que o País chegou. Quando a História profere a sua sentença, será, todavia, útil não esquecer que, para além das fraquezas do prof. Marcello Caetano (a principal das quais tem sido a de não ter usado a força de que dispunha no momento devido), as responsabilidades do ex-Presidente da República, o atual Américo Tomás, são porventura mais graves.

A Constituição Política de 1933 atribuiu ao Chefe do Estado poderes quase absolutos. Ele pode demitir e nomear o Chefe do Governo e dissolver a Assembleia Nacional, quando o cienteia, sem precisar de consultar seja quem for.

Américo Tomás ocupou durante 17 anos a Presidência da República. A sua eleição em 1971 só foi possível em virtude de sistema de sufrágio indirecto reduzido o colégio eleitoral a uma maioria de pessoas dependentes da pirâmide do regime e nela integradas. O seu salazarismo retrogrado freou a viabilidade de uma vida política normal. A sua intervenção sempre discreta, quase anónima, em momentos cruciais dos últimos anos serviu mais para reforçar um conservadorismo (não apenas de ideias, mas também de interesses e, por conseguinte, de poderes) do que para esclarecer e progresso do País.

O que irá suceder

Mais do que atribuir culpas ou fazer acções, o que importa agora é pensar no que sucede e principalmente no que irá suceder.

Teve um pronunciamento militar, magistralmente concebido e executado, invulgarmente conduzido. O primeiro emovimento dos capitães demonstrou que não era apenas mais uma organização para dissuadir e não atuar. Actuou, quando cienteado, com coesão e com extraordinária rapidez e simplicidade, conseguiu dominar o País, quase não havendo derramamento de sangue, a não ser o da autoria de D. G. S.

O poder foi entregue a uma Junta de Salvação Nacional presidida pelo general António de Spínola, a qual foi escopo o compromisso, de acordo com as linhas gerais do Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas (ver texto e comentário no pag. 16), de, no mais curto prazo consentido pela necessidade de adequação das novas estruturas, promover eleições gerais de uma Assembleia Nacional Constituinte, cujos poderes, por sua representatividade e liberdade na eleição, permitam ao País escolher livremente a sua forma de vida social e política.

O prazo fixado no Programa foi de 12 meses. Entretanto, será escolhido pela Junta, de entre os seus sete membros, um Presidente da República que nomeará um Governo Provisório Civil.

O G. P. C. orientará os destinos do País, sob a égide do futuro Presidente da República, durante alguns meses. Governará sem D.G.S., sem Censura prévia, sem A.N.P. Terá de enfrentar as opiniões, por vezes discordantes, de associações civis a criar e de sindicatos dispostos de maior liberdade de acção (e, esperamos, do direito à greve). Terá de tomar medidas rápidas contra uma situação económica que, em quase todos os sectores se encontra em estado deplorável. Terá de reformar o sistema judicial. Terá de criar uma nova política social. Terá de salgar e diversificar as relações internacionais, abrir-se a Leste e a Sul.

Terá, antes de tudo, de enfrentar e resolver um problema chamado Ultramar, procurando a paz, aceitando as regras do jogo e de um debate franco e aberto a nível nacional.

Nem descrença nem resignação

Tudo isto — é muito mais — terá o G. P. C. de fazer, para resgatar o pronunciado no Programa do Movimento das Forças Armadas.

A tarefa é obviamente difícil. O G. P. C. parte de uma base bastante fraca, que encontra e terá que deturpar. Além disso, há a eterna descrença portuguesa, a convicção

de que não há nada que não somos capazes de sair da situação e de não colocarmos (ou onde nos deixamos colocar). Por outro lado, o facto de dever com parte ser constituído por personalidades representativas de grupos e correntes políticas poderá retirar-lhe a coesão indispensável.

O tempo, porém, não cede, para descrenças nem resignações. Para que o povo continue a sentir a alegria há muito perdida, para que se demonstre de vez que não têm razão os defensores da tese de que não estamos preparados, para que a comunidade nacional respire o ar futuro por si própria e a seu favor, é preciso correr riscos, aceitar desafios. Desafios insidievos, porque já esperamos demais e não queremos nem podíamos esperar mais. Desafios necessários, porque só quando os enfrentarmos subiremos do que somos capazes e só onde conseguiremos chegar.

Os três desafios

O primeiro desafio põe-se a todo o País. O sistema político vigente foi derrubado. Há um programa de liberalização e de procura da vontade nacional; e a adreite espoliada da maioria da população parece indicar que esta o aprova. O cenário lógico é a necessidade de um comportamento activo visando a mudança das circunstâncias. A liberdade é um bem demasiado precioso para provocarmos precipitadamente a sua limitação. Por mais que a ela não estejamos habituados, por mais que a desejemos gozar e respirar à plebeos pulmões, será útil não esquecermos que não é conquistado e que quem, de um dia para o outro, no-lhe dá a pode retirar ainda mais rapidamente.

O segundo desafio coloca-se precisamente no plano militar. As Forças Armadas demonstraram muito claramente que não éles quem detêm o poder neste País. Usaram-no no momento em que consideraram que no seu arção se justificava plenamente em nome da salvação da Pátria. Devirão a todo o custo resistir à tentação de abusar.

O pronunciamento de dia 25 em Portugal, em Abril de 1974, a única alternativa possível, no plano das realidades, a uma situação que se deteriorava, sem remédio. O Movimento das Forças Armadas interveio para resolver a urgente crise nacional e, com vistas à sua resolução, comprometeu-se a garantir a adopção de medidas constantes do seu Programa. Só terá ganho a partida, quando esse Programa for cumprido na totalidade. Para tal, terá de saber dispor a força de que efectivamente dispõe.

O terceiro desafio põe-se aos órgãos de Informação. Durante anos, eles queixaram-se da ausência da Censura (ou desculpavam-se com ela para disfarçar a sua incapacidade). Agora, chegaram à hora da verdade. A comissão, em nome, prevista no Programa do Movimento das Forças Armadas, não apenas evitar as agressões ideológicas dos curtos mais reacconismos; por isso, a nova e desejada liberdade surge, acompanhada da responsabilidade inerente à função de quem tem de informar sem tentar nem omitir, de interpretar sem desvirtuar, de conceder a cada leitor a possibilidade de, em cada caso, optar com liberdade.

A posição do EXPRESSO

Neste particular, a posição do EXPRESSO é a de sempre. Não precisamos fazer mais volta como tantos outros. E isto por duas razões. A primeira é de que não somos falsos defensores da liberdade de Imprensa; deixamo-la, soframos por não a ter mais do que todas as outras publicações portuguesas e, apesar das inúmeras dificuldades, nunca desistimos de dar aos nossos leitores o máximo consentido (e até, por vezes, não consentido) de informação e opinião. A segunda respeito à correspondência entre as tuças por que temos pagado, em matéria de política nacional e internacional, e os pontos de vista contidos no Programa do Movimento das Forças Armadas.

Das liberdades fundamentais à questão ultramarina, do combate à corrupção à abertura a Leste, da eleição por sufrágio directo do Presidente da República à reforma do sistema judicial, etc., a coincidência é quase total.

Continuaremos, portanto, naturalmente, pelo mesmo caminho. Aceitando sem reservas o desafio necessário que a nova situação política nos lança. Participando na batalha contra os outros necessários desafios. Lutando por que o País e cada um dos seus cidadãos saibam adaptar-se e beneficiar da mudança que já estamos a viver.

Junhal, Kivasso.

Alvaro Cunhal ao EXPRESSO:

A união do P. C. com a Oposição portuguesa é não só viável como inevitável

POR OCASIÃO da Conferência dos Partidos Comunistas dos países capitalistas da Europa, realizada este ano em Bruxelas, o nosso enviado à reunião, A. Martins Lopes, teve oportunidade de entrevistar o secretário-geral do P. C. Português, Alvaro Cunhal, que na circunstância insistiu em salientar que accedia em falar para o "EXPRESSO" por ser a primeira vez que um jornalista português, portanto, um jornal legal, me pede uma entrevista e ainda "por pensar que essa possibilidade interessa ao nosso povo e interessa ao mundo".

Não obstante a prudência com que a conversa foi conduzida (ento, in-ha-se em vista conseguir que as declarações "passassem" a barreira da censura), o Exame Pêvrio publicou a sua publicação.

Reproduzimos a seguir as palavras de Alvaro Cunhal.

O que pensa da situação política portuguesa no momento actual?

— Antes de mais, devo dizer-lhe que tenho pouca experiência de que a censura autorize a publicação do que se possa pensar sobre o assunto. No entanto... O Partido Comunista considera que, nos aspectos fundamentais da situação portuguesa, nada mudou: a política actual é a 1968 conhecida hoje. É uma política que não corresponde aos interesses do povo português, nem do Estado português. O aspecto de esta situação actual, os papéis por serem os principais económicos, das liberdades, da guerra, da submissão ao estrangeiro. O P. C. acha impossível combater e lutar. Para tal, é preciso que todas as forças políticas se unam, com vista à luta para seleccionar a situação a adoptar Portugal no caminho do desenvolvimento, da independência da paz.

— Considera viável a união do

P. C. com os sectores da Oposição portuguesa tolerada no momento actual?

— Em primeiro lugar, dir-lhe-ei que não só é viável como inevitável. É evidente que esta problemática envolve factores objectivos e factores subjectivos, mas os factores objectivos são tanto peso que determinam a aproximação e a união de todos os sectores políticos que representam os interesses da população atingida gravemente pela política de regime. Em segundo lugar, existem hoje condições fundamentais: a guerra colonial e a completa inexistência de liberdade. É possível prestar muita, muita ajuda desde para a luta pela fim da guerra, com a independência completa e imediata dos nossos colonizados, e pela restauração das liberdades fundamentais.

— Acha que as actividades de organizações como a L.U.A.R. e a A.R.A. podem contribuir à acção a longo prazo do P. C., por preve-

rem uma intensificação da acção repressiva das autoridades?

— Essa é uma pergunta a que prefero não responder, dada a limitação desta entrevista. Exigiria uma resposta longa e dada em termos muito precisos...

— Alguns sectores da Oposição portuguesa acreditam numa "revolução pacífica" de regime para a democracia". É a P. C.?

— O Partido Comunista tem aprovado todas as participações legais, constitucionais, para a modificação da situação política portuguesa. Não temos desistido de nenhuma dessas possibilidades. Agora o regime, esse é que tem impedido o povo português e as forças democráticas de utilizarem as meios legais e constitucionais de alterar a situação. Quer o povo ou os comités não tenham meios suficientes para mudar a situação, não procuramos uni e não nos damos ao desânimo. Trabalhamos de tudo. Semos de tudo, de



e tanto outros como outros também tem questões menos sérias para libertar o nosso povo e a nossa pátria.

— Acha que, em Portugal, as pessoas estão hoje mais despiradas para os problemas?

— Entrem-nos sempre. O povo português não é um povo que não veja e não compreenda as coisas. Não penso que as nossas trabalhadoras, designadamente a classe operária, compreendam pior os problemas nacionais... O povo está despirado porque está farto, e isso mostra-se bem nas acções que se tornam apesar de todas as dificuldades que existem.

— Uma última pergunta: quanto ao futuro?

— O Partido Comunista prezava e luta por uma revolução e não por reformas reformais. Revolução significa que se queira de questões imediatas mas que abra caminho para uma sociedade nova, uma sociedade onde desapareça a exploração, uma sociedade socialista. Para isso, a revolução não se morçam dados, e não se, talvez, na situação. O que temos é uma grande confusão no nosso povo e pensamos que temos estado alguns passos atrás e a convergência progressos sem se morçam dados.

Luella, Lucília de

A imprensa italiana de um a outro extremo

ROMA (De nossa correspondente) — Todos os jornais italianos de agora temem o maior risco ao relato do golpe de estado português, dedicando-lhe a maior parte deles títulos a toda a largura da primeira página. Numa rápida resenha, transcreveremos os mais significativos:

"Il Messaggero", de Roma (liberal, centro-esquerda): "Explodiu inesperadamente em Portugal um golpe de estado militar. Foi preso o ditador Caetano, chefe do Governo deposto. Não é uma revolta democrática mas um "pronunciamento" de jovens oficiais. O poder foi assumido pelo ex-vice-chefe de Estado-Maior, general Spínola, que tinha sido destituído pelas suas críticas à política colonialista do Governo. A Junta Militar anunciou para breve novas eleições e a notícia foi recebida com gritos de "liberdade" e "morte ao fascismo". A situação não é clara: Decisivo apoio da Marinha que apontou os canhões dos navios de guerra contra a residência do Presidente da República".

"Paese Sera", de Roma (comunista) — "O movimento dos jovens oficiais revoltou-se contra a ditadura. Destituído o regime. No Poder uma Junta de sete pessoas para prepararem eleições livres. Qualquer que seja o resultado da revolta, politicamente é já uma vitória. São os filhos daqueles que abriram o caminho à Salazar que podem fim ao regime que os pais fizeram nascer.

"Em África, a autonomia das colónias representaria um golpe violento nos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul. Espera-se que seja de grande peso para as relações internacionais e não se podem tirar conclusões precipitadas".

"Corriere della Sera", de Milão (centrista) — "Em Portugal os militares derrubam a ditadura. Os revolucionários prometem restaurar as liberdades cívicas. O país eixuta 28 regimentos em revolta sob a direcção de 200 capitães. Azeite ao forte de Monsanto onde Marcelo estava refugiado, ministros em fuga. Recusa dos guardas de segurança de fazer fogo contra os rebeldes. O regime de há muito condenado pela maioria da população.

"Não foi uma demolição, foi um desmoronamento. Permanece obscuro a natureza e os objectivos

do movimento apesar de proclamado o regresso à liberdade e as eleições livres.

"La Stampa", de Turim (também independente, mas mais à esquerda), faz um balanço da vida portuguesa dos últimos decénios e termina: "Portugal dos "capitães" será uma etapa no caminho da democracia? Uma Junta Militar "deverá estar no poder nesta fase de transição e que seja iniciada em Portugal uma recuperação gradual das sociedades ibéricas no sentido do comum caminho europeu depois de um longo isolamento".

"La Nazione", de Florença (centro-direita) — "Os militares rebeldes afirmam ter "honrado o passado no respeito das linhas políticas cumprindo o dever de restituir à nação os seus poderes legítimos e legais". O general Spínola evacionado por milhares de jovens. Portugal tinha atingido o limite de rotura económica, a opinião pública tinha chegado a um estado de desesperança. O ambiente é revolucionário e não goliata como nas revoluções do passado. Mas no que diz respeito aos milhões de africanos de origem metropolitana deve haver todo o cuidado porque é um caso particular único na história da descolonização africana".

"Il Secolo d'Italia", de Roma (légo do Partido neofascista) —

"Os militares convenceram-se de que a política africana portuguesa servia não os interesses dos portugueses brancos ou pretos mas os de alguns grupos internacionais sempre prontos a financiar as guerrilhas comunistas para garantir um alibi para o futuro que de momento se mostra muito incerto e desconfortoso".

"L'Unità", de Roma (légo do Partido Comunista Italiano) —

"Quem são os homens que tomaram a iniciativa de depor a mais duradoura ditadura europeia? (...) Capitães que tinham acreditado no regime de Salazar, mandados a combater uma guerra odiosa em África e que reconheceram a amargura e a vergonha da certeza de uma derrota. Portugal tem à sua frente um caminho difícil para superar o atraso devido à ditadura fascista. Forças potentes se empenham em levantar obstáculos ao processo de recuperação nos novos caminhos". — Lucília de Mello

Soares, Mário

Mário Soares a "Le Soir":

Socialistas e comunistas têm pronto um comunicado conjunto

NA PRESENÇA do nosso correspondente permanente em Paris, José Alves, o dr. Mário Soares concedeu ontem uma entrevista a um enviado do diário "Le Soir" de Bruxelas. O "leader" do Partido Socialista Português não aceitou em falar directamente para o EXPRESSO por fazer questão de que a "República" seja o primeiro jornal a entrevistá-lo.

Sendo-lhe perguntado se "a priori" tinha confiança na Junta para ir ao encontro das reivindicações da oposição clandestina, aquele político respondeu afirmativamente. No outro lado da entrevista, o jornalista belga quis saber se as diferentes correntes da oposição ao anterior regime (socialistas, comunistas, liberais...) não reagiriam de forma diferente aos acontecimentos.

Diz o dr. Soares: Parece-me evidente que a hora actual não é de querelas partidárias mas, pelo contrário, de um vasto agrupamento de todos os democratas em torno de alguns objectivos simples. Nós, socialistas, temos já preparado um comunicado conjunto com os comunistas. Trata-se de fazer uma política de "salvação nacional". A expressão acaba de ser utilizada pela Junta. Eu utilizo-a há vários meses. Bem entendido, o principal daqueles

objectivos é a organização de eleições livres. A Junta prepara-se para isso. Ela deve receber o apoio exterior de todas as oposições. E só depois dessas eleições é que, conforme os desejos que o povo português manifestar, poderá ser preparado seriamente o afastamento dos militares.

Mais adiante, o entrevistado afirmou que será preciso esperar algum tempo antes que aquelas eleições se possam realizar, pois é preciso "mudar a lei eleitoral", proceder a um novo recenseamento (actualmente, apenas votam 1 800 000 em cinco milhões de portugueses), assegurar o direito de voto aos nossos compatriotas que trabalham no estrangeiro — são mais de dois milhões — reinstaurar o direito de reunião, de expressão, etc."

A concluir, o enviado do "Soir" de Bruxelas, Yves Troussaint, quis saber dos projectos futuros do dr. Mário Soares:

"Vou regressar a Portugal, evidentemente, nos próximos dias. O Partido Socialista Português vai organizar a partir do interior o seu plano de acção que, repito, deve imbrincar-se numa vasta coordenação dos esforços de todos, dos comunistas como dos "liberais" ou dos democratas-cristãos, tendo em vista reconstruir a democracia."

Na imprensa francesa condenação unânime do regime derrubado

PARIS (Da nossa correspondente) — Embrenhados no seu acesso da campanha eleitoral para a sucessão de Pompidou, os jornais franceses foram apanhados quase de surpresa pelos acontecimentos verificadas em Lisboa na passada quinta-feira. Mas o tempo que, no entanto, lhes deu-lhes demonstra a importância de que o "golpe dos capitães" se constitui para os observadores políticos franceses.

Numa tentativa para darmos uma amostra das considerações rapidamente alinhavadas e ontem publicadas pelo "leque" político da Imprensa francesa, eis algumas transcrições:

"L'Agence" — "Destá vez, Salazar está bem morto. O Exército, que há cerca de meio século lhe tinha confiado o Poder, acaba de o

retirar subitamente ao seu sucessor (...). A guerra que, há 13 anos, Portugal travou contra os "movimentos de libertação" das suas províncias de África custou-lhe caro. Caro em dinheiro, caro em vidas humanas e, paradoxalmente, caro em prestígio. Mas aos olhos de muitos portugueses esta guerra tinha um outro significado: o de interditar ao país o acesso à Comunidade europeia, isto é, a promessa de prosperidade reservada até então aos Nove".

"Le Figaro" — "O regime instituído em 1926 pelo dr. Salazar calca como um fruto maduro nas mãos do Exército que tanto tinha feito pelo estabelecimento desse poder e pela sua consolidação. Sinal dos tempos (...). O general Spínola virou uma página da história do seu país ao pôr-se à cabeça dos insurrectos. O "herói nacional" de ontem, compromete à sua responsabilidade ao futuro de Portugal".

"Les Echos" — "Uma revolução "miraculosa" produziu-se ontem em Portugal: o Exército tomou o poder praticamente sem esperar um tiro (...). O golpe de estado parece ter sido feito menos por conta deste ou daquele Partido da oposição do que para a realização de um empreendimento nacional de envergadura: o acesso à independência, sob uma forma ou outra, dos territórios portugueses de África. O momento parecia maduro e desde há muito tempo que a "europetização" de Portugal passava nesse sentido".

"Le Quotidien de Paris" — "Desde há quase 15 anos, o Exército português, bate-se além-mar (...). Apesar da africanização da guerra e dos múltiplos esforços do Exército português, não foi possível encontrar uma solução militar para os problemas ultramarinos (...). Marcello Caetano parecia hesitar diariamente entre a via do autoritarismo e a do liberalismo (...). A sua autoridade não podia impôr-se aos militares. Neste "13 de Maio" ao contrário, Caetano era Pfimlin! Restá saber o que fará Spínola que pretende ser, ele, De Gaulle".

"L'Humanité" — "A hora da liberdade vai enfim soar para Portugal? É a promessa que faziam ontem de manhã os militares insurrectos. E ninguém se espantará de que ela tenha despertado uma tenaz esperança no coração de um povo que, desde há quase meio século, foi mantido sob o jugo fascista. O balanço destes longos anos de ditadura é catastrófico. Pela miséria e pelo ritmo da inflação, Portugal bate todos os "records" da Europa".

"Le Quotidien Reup" — "Este golpe de estado terá repercussões em toda a África austral. Na África do Sul e na Rodésia, a notícia não deixará de inquietar estes dois governos partidários de uma solução

dura".

"Le Monde" — "Denunciando o regime, falando em entregar a palavra ao povo por meio de eleições gerais, o Movimento das Forças Armadas apoia-se, para lutar contra os ultras, nas aspirações de uma população encerrada desde há meio século numa ditadura que "consultas" prefabricadas jamais tinham conseguido abalar (...). Uma vez mais os centuríes tomaram as armas para afastar, numa grave crise nacional, políticos ultrapasados ou impotentes (...). Ela [a Junta] será talvez levada, opondo-se aos ultras da guerra colonial, a propor alguns dos remédios que poderiam pôr termo ao strano pólio, à falência económica e à decadência moral de um regime concebido para passar sem o povo". — José Afonso

Surpresas na primeira conferência de imprensa da Junta

LOGO APÓS o primeiro comunicado da Junta de Salvação Nacional, transmitido pela rádio e pela televisão cerca da 1 da manhã do dia 26, soube-se que havia uma conferência de imprensa às 2. EXPRESSO acordou e encontrou-se, nessa altura, a presença de 15 jornalistas da imprensa estrangeira e de um sargento do Porto, esperando no hotel de Engenharia '1, da Justiça, os acontecimentos, que não vieram por terem sido adiados para as 5 horas. Escoteiros que foram, essas, a Junta não parecia ainda e a composição do grupo ia-se alterando no sentido de uma muito maior representatividade da imprensa nacional, a televisão espanhola manteve-se, no entanto, no seu posto. Foram 6 horas, foram 7, clarou-se lá e, apesar de começarem a mostrar-se com demasiada frequência as conversas de vestu-

a pé há 48 horas, «desde ontem que não almoço nem jantou», o interesse continuava desperto e a esperança firme. Ia-se conversando com ocupantes dos carros blindados que, a todo o momento subiam a rampa, para estacionar junto ao pavilhão onde nos encontrávamos esperando. Todos costavam histórias de não dormir e de muito cansaço, sempre com o mesmo sorriso de quem achava que valia a pena. Na comitiva que seguia os membros da Junta ouvimos nós um «há três dias que não vemos camas» e, em conversa com um oficial, soubemos que, dias antes lhes fora dito que estivessem preparados mas sem que os informassem do momento exacto. «Aliás, creio que sem uma pessoa sabia, sem meia!». A maior parte das unidades foram avisadas com 24 horas de antecedência apenas.

Pelas 8 horas finalmente

começa um movimento de carros. Chega o tenente-coronel Almeida Bruno, libertado na véspera da Trafaria com mais um grupo de nove presos, chega o major Vitor Alves que, mais tarde, seria encarregado (e com que paciência!) de nos ler o Programa da Junta de Salvação Nacional, chegaram os membros da Junta, vindo o General Spínola no último carro.

Reunidos os seis membros da Junta de um lado e doutro do seu Presidente, este tomou a palavra para se dirigir em termos de agradecimento e de incentivo à imprensa, realçando a importância do seu papel e, depois de fazer ler um agradecimento aos «beavos militares das três Forças Armadas» por mais este «sublime acto de patriotismo», pôs-se à disposição dos jornalistas para as perguntas que quisessem dirigir-lhe.

Todos os presentes pareciam acordados em obter de uma vez só resposta a todas as perguntas que há muito tempo não encontravam quem lhes respondesse.

Deu-se, em pouco tempo, a volta a todos os pontos «nevrálgicos», nomeadamente o da política ultramarina do novo Governo, do destino da D. G. S. e dos presos políticos, do regresso dos exilados, da extinção da Censura.

Quanto ao primeiro ponto, é de notar que o general Spínola respondeu que se faria de acordo com o consenso da população — o que implica uma consulta geral por referendo num futuro certamente próximo — e que conversações com os guerrilheiros se não fariam «por agora». Quanto à ex-FIDÉ e aos respectivos presos foi muito claro: acabaram. Os exilados: que voltem. A Censura: já não há, nem agora acerca destes acontecimentos, apesar de caírem sob a classificação de «militares», nem no futuro.

«A maior parte das perguntas formuladas encontram resposta directa no texto do nosso Programa que vai agora ser lido». Quanto a outras, como certas questões económicas postas, não era altura nem lugar para responder a elas.

Terminou a Conferência de Imprensa, como dissemos, com a leitura do Programa do Movimento das Forças Armadas, que noutro lugar transcreveremos e comentamos.

A RTP na hora da libertação

LONGOS vinte e três minutos silenciosos que deturaram em horas milibares de portugueses. O Filiberto Gouveia, ter assistido ao general António de Spínola sair ao País, frente às câmaras da RTP, uma organização da Junta de Libertação Nacional, pedindo-lhe, durante ao longo da muito longa memória de todos aqueles que nos Estúdios do Lumiar se acham acompanhados de us vários horas o desenrolar dos seus acontecimentos.

"Frag" do Bordões A foi publicamente transformada numa reunião sala de imprensa onde abreviavam os representantes dos órgãos da informação nacional e estrangeiros que assistiamem até ao Lumiar os sete membros da J. S. N., e vários militares dos três ramos das Forças Armadas que se apresentaram às 0-40 h., vindos do Porto do Comandante do Mopac, na Panninha, Al. Alfredo que a uma reduzida altura não se poupava a esforços milibares de superarem o real momento possível de anormalidades técnicas que impediam a de ver e ouvir da boca do general Spínola, presidente da Junta, os serenos das lutas políticas definidas no Proclamação movimento militar que arrastava de momento o poder.

Concursos da transmissão, embelezamento, ajuste requintado profissionais da RTP também fragos as suas recriminações comparando ao episódio as pitorescas horas do dia 25, si permanecerem, naturalmente, empastando o suor do seu suor e com os elementos da informação, porém, a esperada comunicação televisiva a emissão TV a 1,3 nova era política portuguesa, para a ser divulgada. Finalmente, à 1,24 h. da madrugada do dia 25 de Abril, nos pequenos eus surgia de novo Filiberto justificando o atraso de emissão e assegurando a futura comunicação ao País. No plano de conjunto revelou-se aos telespectadores, quando depois, a mesa ocupada pelos dois sete elementos da Junta de Libertação Nacional:



General Diogo Neto

deputado do Exército António de Paula e Costa Gomes; brigadeiro José Silvério Marques; capitão-mar-e- guerra Pinheiro de Almeida; capitão-de-fragata Rosa Pinheiro; e coronel piloto-aviador João de Melo. O general da Junta Diogo Mendes Neto esteve presente nos estúdios do Lumiar por se encontrar em missão de serviço local de Portugal.

Em momento 25 o general António de Spínola dava início à parte da comunicação que a Junta de Libertação Nacional dirigia ao País. Após o encerramento da sessão, procedeu-se a uma nova sessão de leitura do documento, numa hora para posterior transmissão via Eurovisão, tendo à mesa a Imprensa abandonado o episódio da RTP, cerca das duas horas da madrugada de ontem, aguardando, como é evidente, pela estação de televisão a ser ocupada militarmente.

Os elementos da Junta e os seus acompanhantes militares decoraram sala a pé a rampa que liga os estúdios da RTP à Alameda das Juntas de Torres, imitando lugar a automóvel que partiram seguidos numa coluna militar imposta por alguns carros de combate e outras viaturas das Forças Armadas. À medida que a coluna militar avançava a sua marcha no sentido do Campo Grande, e de regresso ao quartel do Movimento instalado no Regimento de Engenharia 1, na Panninha, grupo civil aglomerado frente à entrada da sempre de

para as câmaras passaram com passos e vivas o general Spínola. Outros membros da emissão e elementos da emissão.

Esquenta decoraram as referidas tentativas de se apurar quais os responsáveis pela "anomalia" de Monsanto, registaram-se algumas peripécias no interior do dispositivo de segurança montado nos Estúdios do Lumiar que passamos a descrever.

O moral das tropas do Movimento empenhadas naquele objetivo não sofreu quebra ao longo do período de ocupação que acompanhámos das 6 horas do dia 25 às 2 horas do dia 26. As relações cordiais que rápida e espontaneamente se estabeleceram entre os militares e os profissionais da informação e os técnicos da RTP nunca foram perturbadas.

Os numerosos pedidos de envio de recitamento, que em função das operações que corriam no exterior, vieram das instituições a tomar pelo comando que ocupava a RTP, eram imediatamente satisfeitos por todos os responsáveis do departamento comandado pelo capitão Teófilo Bento ou pelos seus adjuntos. O mesmo se poderá dizer em relação à colaboração prestada à imprensa quer pelos soldados, soldados-cadetes e todos os milicianos participantes na operação.

Um pequeno exemplo, entre os numerosos que o repetiríamos, expressivo da solidariedade existente entre comandantes e comandados, consta-se em poucas palavras:

O capitão Teófilo Bento, que instalou o seu posto de comando na sala do director do Telexjornal, colaborou num pequeno divertimento com um fuzileiro miliciano na alteração do sentido, por acção de umas poucas palavras os tradicionais lemas do elenco governativo existentes em todas as libertações, tendo-se no caso presente obtido o seguinte resultado: onde se lia **Lista dos Governadores Cíveis do Continente e Ilhas Adjacentes** passou a ler-se: **Em nome de um Libertado Governador Cível do Continente e Ilhas Adjacentes**. E onde se lia **Constituição do Governo** passou a ler-se: **Em nome de uma Constituição dum ex-Governador...**

Porém, nem todos no Lumiar sorriam no dia 25 de Abril. Um homem, que o espectador tivesse visto, que correu. Refirimo-nos a José Menéndez, ex-director do Telexjornal e ainda subchefe de Redacção do "O Século", que ao pretender penetrar nos limites do Lumiar teria evocado a sua qualidade de "direitor do Telexjornal" e, posteriormente, por esta não lhe ter sido reconhecida pelo Conselho de deslucamento, a de jornalista do citado meio. Tivámos, ambos as vezes foi exigida a Menéndez, com a maior correção, autorização para

permanecer no recinto dos Estúdios. E nem mesmo quando invocou a qualidade de fotógrafo Menéndez conseguiu demover o capitão Bento que lhe mandou dizer por um seu subordinado encontrar-se já no local o representante do "O Século", o repórter Eduardo Guerra Carneiro, e primeiro jornalista a chegar ao Lumiar. Al Menéndez consentiu, e retirou-se, acompanhado até à porta de saída por um militar.



Os componentes da Junta de Salvação Nacional, excepto o General Diogo Neto, ausente em Moçambique

A ocupação dos estúdios da RTP, no Lumiar, verificou-se às três horas da madrugada de quinta-feira, tendo sido cumprida à misto sem que tivesse sido oposta resistência e à hora prevista. Aliás, a rápida entrada em posição de uma companhia cerca de 130 homens, talista da Escola Prática de Administração Militar, no Campo Grande, comandada pelo capitão Teófilo Bento e enquadrada pelos tenentes Matos Borges, Guerra Cordeira e Santos Silva e pelo alentejano Geraldes, — todos oficiais do quadro permanente pertencentes ao Serviço de administração Militar — neutralizando num ápice a reduzida defesa montada dentro da área dos estúdios por um subefeito e três agentes da Polícia de Segurança Pública, retiraram áquelas defesas qualquer vestígio de resistência.

Os quatro elementos da PSP foram então desarmados e denunciados e às cinco horas mandados em paz. Com igual "limpeza" de processos se verificou a tomada do comando da EPAM, unidade a que pertenciam, como dissemos, os elementos do Movimento que ocupariam mais tarde a RTP. Com efeito, cerca das 23 horas de quarta-feira, o capitão Carlos Joaquim Gaspar assumiu o comando da EPAM depois de ter detido um oficial de serviço sobre quem incidiam fortes suspeitas de adesão às forças da reacção e ainda mais dois elementos que inspiravam pouca confiança.

Os objectivos do Movimento das Forças Armadas foi então especificada a todos os elementos da EPAM pelos oficiais do quadro, e milicianos simpatizantes, tendo obtido o novo comandante total adesão de todos os militares na sua maior parte soldados-cadetes de Administração Militar apenas com uma semana de tropa.

A partir desse momento, organizou-se a companhia que iria tomar os estúdios da RTP, destacamento que seria constituído exclusivamente por elementos voluntários entre os quais se destacavam vários aspirantes, ferreiros e rabos milicianos que se associaram espontaneamente ao Movimento dos seus camaradas do quadro permanente.

A hora prevista a companhia da EPAM comandada pelo capitão Teófilo Bento, deslocando-se em duas "Mercedes" aberturas, uma "Morris" fechada, uma "Chevrolet" e dois "jeeps", avançou para o objectivo indicado, tornando-o de surpresa.

Cerca de oitenta e cinco minutos após a ocupação da RTP, precisamente às 4,24 h., a um carro patrulha da Polícia de Segurança Pública que subia a rampa de acesso aos estúdios, foi dada voz de alto. Detendo-a naquela ordem, a viatura prosseguiu a sua marcha ascendente tendo então as forças do Movimento disparado para o ar alguns tiros de G3 e metralhadora ligeira "Brenn". Este primeiro e único

aviso foi suficiente para obtegar a viatura da PSP e engrenar em marcha atrás e afastar-se pela Alameda das Linhas de Torres. O pequeno incidente acima referido terá sido o único acontecimento relevante ocorrido na área ocupada pelos homens da EPAM até às 12,45 h., hora a que a RTP deu início à sua emissão normal. Isto é, claro, se esquecermos toda a animação suscitada pelos sucessivos comunicados emanados via Rádio pelo Comando do Movimento onde se dava conta que os primeiros objectivos previstos no plano de operações tinham sido atingidos: Quartel General, Emissoras Nacional, Banco de Portugal, Rádio Clube de Portugal, Rádio Marconi, Aeroporto, Praça do Comércio, etc.

Quanto à situação no interior da EPAM soube-se, posteriormente, que o capitão Carlos Joaquim Gaspar, oficial do Movimento, tinha dado ordem de prisão na quinta-feira aos ex-comandantes da Escola, respectivamente, coronel Fidalgo (detido às 7 horas) e major Nogueira de Silva (detido às 9 horas).

Cerca das 11 horas o capitão Gaspar, já então comandante interino da EPAM, transferiu o comando daquela Escola para o coronel Marcelino Marques, oficial do Serviço de Administração Militar que ainda recentemente fora demitido da Academia Militar, transferido para Castelo Branco e alvo de um processo militar que lhe vou a sua transferência para a Ilha

da Madeira devido à posição que assumiu quando dos acontecimentos das Caldas. Após a transmissão de poderes entre os dois oficiais do Movimento, o capitão Gaspar integrou-se no dispositivo defensivo da RTP.

Como estava previsto a Radiotelevisão Portuguesa iniciou à sua transmissão à hora habitual 12 e 45. Porém, havia uma surpresa "reservada" para todos aqueles que esperavam ser informados pela Televisão libertada do desmoronar dos acontecimentos registados nas últimas horas.

Efectivamente, em vez das ligações aos estúdios de Lisboa todos nós fomos surpreendidos (mesmo os comandantes do Movimento que dominavam o Lumiar) pelo facto de a RTP estar a transmitir dos Estúdios de Porto e não dos da capital como seria de esperar. O

que se passava, uma vez que o posto do Monsanto também era controlado pelas forças do movimento cerca das 14 e 20, o capitão Teófilo Bento realizou o primeiro encontro com os representantes da imprensa após aborçoso ouvir as notícias e efectuou também algumas declarações sobre a anomalia verificada na transmissão que chegou mesmo a considerar sabotagem: os cortando desta maneira a possibilidade de, a partir dos estúdios do Lumiar, se fazer a primeira emissão nacional do Movimento das Forças Armadas.

Os profissionais da RTP em serviço no Lumiar, e em colaboração estreita com os comandos do Movimento, que controlavam aquela estação emissora, decidiram então emitir várias mensagens no sentido de averiguarem a origem da anomalia e determinar com precisão o seu grau de responsabilidade dos técnicos em serviço no posto de Monsanto. Com efeito, esse posto, apesar de ocupado pelas tropas do Movimento, estava na origem do facto de o Porto ter entrado no "az" primeiro que Lisboa.

Foi então decidido que, por via telefónica, fosse transmitido para os estúdios do Monte da Virgem naquela cidade do norte o texto da Proclamação do M. F. A. já revelado anteriormente através do Rádio Clube Português. Posteriormente, e por várias vezes, os profissionais da RTP em serviço no Monte da Virgem tentaram emitir o texto do referido documento, sem êxito: ou a imagem era cortada, ou a voz era interceptada, ou ambos os factos ocorriam tal o lugar de serviço iniciava a liberação da Proclamação.

A "batalha" com o posto de Monsanto demorou 6 horas e 25 minutos, pelo 18 e 30, Fernando Balança nos estúdios do Lumiar e em directo anunciou uma edição especial do "Telejornal" na qual Fialho Gouveia (Forças Armadas, Os técnicos do estúdio do Lumiar tinham ganho a partida.

O jogo de press e contra-press revelou, em princípio, a responsabilidade de algum dos elementos dos quadros da RTP em serviço no Monsanto. A prova da verdade foi obtida, posteriormente, nos Estúdios do Lumiar, quando ali compareceu o capitão Almeida (chefe de Registo e também segunda figura do Aparelho de Segurança da RTP); o eng.º Mateo Correia (director-geral do Sector Técnico); e o eng.º José Albuquerque (chefe de Divisão de Operações), tendo o primeiro estado justificar em termos pouco claros a "anomalia" técnica verificada. A

sua versão, porém, não converceu nem o Comando do Movimento nem os técnicos da RTP presentes nos Estúdios.

O capitão Almeida teria entrado em considerações que o desculpavam. Aquela figura das Forças de Segurança da RTP foi conduzida sob custódia para a EPAM. Os dois engenheiros foram mandados em paz. Mais tarde, cerca das 23 e 30 o coronel Regoura responsabilizou máxime pelo Aparelho de Segurança da RTP recebeu voz de prisão do alferes Geraldes ao rampa de acesso aos Estúdios quando tentava penetrar nas instalações. A hora em que se escreveram estas notas aquelas duas ex-entidades da Segurança da RTP encontravam-se detidas pelas Forças Armadas.